



PROCESSO Nº	193.467-8/2024
DATA DO PROTOCOLO	22/11/2024
PRINCIPAL	MATO GROSSO PREVIDÊNCIA
INTERESSADAS	LEIBIA DE MOURA LACERDA K. C. O. L.
ASSUNTO	REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE DE SERVIDOR MILITAR
RELATOR	WALDIR JÚLIO TEIS

## II. RAZÕES DO VOTO

5. A Constituição do Estado de Mato Grosso estabelece, em seu artigo 47, inciso III, a competência do Tribunal de Contas de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões dos servidores públicos estaduais e municipais.

6. Nesse contexto, a pensão por morte de servidor militar caracteriza-se como um benefício previdenciário devido aos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, correspondente ao valor da remuneração ou provento, a partir da data do óbito, observados os limites legais.

### 1. Do mérito

7. Conforme relatado, trata-se de pedido de revisão de pensão por morte, para incluir a menor **K. C. O. L.**, no rol de beneficiários, em caráter temporário, representada por sua genitora à Sra. **Edina Aparecida da Silva**, rateando o benefício anteriormente concedido apenas à Sra. **Leibia de Moura Lacerda**, em caráter vitalício, com cota parte de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes, em razão do falecimento do ex-militar o Sr. **Pedro Ramalho Lacerda**, ocorrido em 22/6/2023.

### 2. Análise da Secex

8. A Secex emitiu o relatório técnico preliminar, sugerindo o registro do Ato n.º 405/2024.

### 3. Parecer do MPC





9. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer n.º 189/2025, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho, verificou o preenchimento dos requisitos legais e opinou pelo registro do Ato n.º 405/2024, que retificou em parte o Ato n.º 328/2023.

#### 4. Conclusão do Relator

10. Com efeito, a concessão deste benefício previdenciário observou os comandos do artigo 42, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2023, os artigos 24-B, incisos I, II e III e 24-D, do Decreto-Lei n.º 667/1969, alterado pela Lei n.º 13.954/2019, o 7º, inciso I, alíneas “a” e “d”, da Lei n.º 3.765/1960, alterada também pela Lei n.º 13.954/2019, o artigo 11, caput e § único da Instrução Normativa n.º 05/2020, os artigos 119, 120, 121 e 126, caput, da Lei Complementar n.º 555/2014, bem como, os termos da Súmula n.º 340, do Superior Tribunal de Justiça.

11. Insta informar que este Tribunal de Contas registrou o Ato n.º 328/2024 concedendo pensão por morte de servidor militar, à Sra. Leibia de Moura Lacerda, por meio do Acórdão n.º 1.052/2023 PV - Plenário Virtual (Processo principal n.º 60.542-5/2023).

12. Da análise dos autos, verifico que a parte interessada atendeu aos pressupostos legais para a concessão do benefício da pensão por morte de servidor militar, evidenciando que o Ato em exame possui respaldo legal e merece o reconhecimento deste Tribunal de Contas mediante o devido registro.

13. Por fim, considerando a semelhança do assunto tratado nestes autos com o de outros processos, a fim de otimizar o tempo e garantir uma apreciação mais eficiente das aposentadorias, reformas, transferências para a reserva e pensões, bem como de eventuais retificações desses atos previdenciários, **determino** que o presente processo seja **julgado em bloco**, conforme dispõe o artigo 3º da Resolução Normativa n.º 12/2024 - PP, combinado com o artigo 256 do Regimento Interno do Tribunal de Contas atualizado pela Emenda Regimental n.º 7/2024 (RI-TCE/MT).

### III. DISPOSITIVO DO VOTO





14. Ante o exposto, considerando que o Ato atendeu todas as formalidades legais e constitucionais, e em atenção aos artigos 8º, 53, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.º 752/2022 - Código de Processo de Controle Externo do TCE/MT, combinado com os artigos 1º, inciso VI e 211, inciso II do RI-TCE/MT, atualizado pela Emenda Regimental n.º 7/2024, acolho o Parecer Ministerial n.º **189/2025, da lavra do Procurador de Contas Getúlio Velasco Moreira Filho**, e VOTO no sentido de:

a) **registrar o do Ato n.º 405/2024**, que retificou em parte o **Ato n.º 328/2023**, disponibilizados no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, respectivamente, nos dias 14/10/2024 e 30/8/2023, que concedeu **revisão de pensão por morte de servidor militar**, a partir de **22.06.2023**, em caráter vitalício, à Sra. **Leibia de Moura Lacerda**, inscrita no CPF **\*\*\*.749.\*\*\*-20**, e em caráter temporário até 28/2/2033, com efeitos financeiros a partir de 17/09/2024, uma vez que se trata de habilitação tardia a menor **K. C. O. L.**, inscrita no CPF **\*\*\*.410.\*\*\*-88**, devidamente representada pela sua guardiã legal a Sra. **Edina Aparecida da Silva**, inscrita no CPF **\*\*\*.892.\*\*\*-04**, sendo o rateio da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) para a Sra. Leibia de Moura Lacerda (vitalícia), e 50% (cinquenta por cento) para a menor **K. C. O. L.**, em razão do falecimento do ex-militar Sr. **Pedro Ramalho Lacerda**, em 22/6/2023, inscrito no CPF **\*\*\*.115.\*\*\*-63**, transferido para inatividade, mediante reserva remunerada, na graduação de Segundo Sargento PM, Nível "003", lotado na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, no município de Cuiabá/MT; e

b) após, encaminhar este processo à Gerência de Controle de Processos Diligenciados para apensar estes autos ao Processo n.º 60.542-5/2023.

15. É como voto.

Cuiabá/MT, 18 de março de 2025.

assinatura digital<sup>1</sup>  
**Waldir Júlio Teis**  
Conselheiro Relator

<sup>1</sup> Doc. firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal n.º 11.419/2006 e Resolução Normativa n.º 9/2012 do TCE/MT.

